

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
I 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



OS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* COMO FONTES PARA O ESTUDO DE  
CULTURA MATERIAL: OS BENS MÓVEIS DO COTIDIANO DO MUNICÍPIO DE  
VARGINHA NA PASSAGEM PARA O NOVECENTOS

Natânia Silva Ferreira

OS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* COMO FONTES PARA O ESTUDO DE CULTURA MATERIAL: OS BENS MÓVEIS DO COTIDIANO DO MUNICÍPIO DE VARGINHA NA PASSAGEM PARA O NOVECENTOS

*THE INVENTORIES POSTMORTEM AS SOURCES FOR THE STUDY OF MATERIAL CULTURE: THE MOVABLES OF THE DAILY LIFE OF MUNICIPALITY OF VARGINHA ON THE PASSAGE TO NINE HUNDRED*

Natânia Silva Ferreira<sup>1</sup>

RESUMO

A passagem do século XIX para o XX foi de transformações sociais, urbanas e econômicas para diferentes regiões do mundo. Na época, a segunda Revolução Industrial conferia às mais diversas populações novos hábitos de vida e de consumo; as elites viviam a Belle Époque (SEVECENKO, 1998). No Brasil, a passagem para o novecentos foi marcada por um acontecimento político importante, a instauração da Primeira República, mas também por crescimento econômico de algumas localidades. Regiões como a do Amazonas, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul passaram por transformações sociais, urbanas e econômicas que tiveram como auxílio suas atividades agropecuárias.

Em Minas Gerais, desde meados do século XIX o café foi produto de comercialização e exportação na Zona da Mata (LIMA, 1977), passando a ter maior relevância para a economia do Sul mineiro em inícios do século XX (MARTINS, 2016). Segundo Wirth (1982), “o café era o produto de exportação mais valioso do estado, o suporte orçamentário, a razão por que duas regiões – o Sul e a Zona da Mata – dominaram a política do estado na maior parte da República Velha” (WIRTH, 1982, p. 81).

Foi na expansão da cafeicultura pelas terras do Sul mineiro que, em 1882, Varginha se transformou em municipalidade, sendo formado o novo município inicialmente pela cidade de Varginha e os distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira.

Portanto, o objetivo deste artigo é o de averiguar as singularidades da cultura material do município de Varginha na passagem para o novecentos, com destaque para os bens móveis do cotidiano, utilizando para entendimento de tais especificidades um conjunto de 275 inventários *post-mortem* do município, localizados no Arquivo

---

<sup>1</sup> Mestre em História Econômica pela FFLCH-USP. Doutoranda do Programa de Desenvolvimento Econômico do IE-UNICAMP.

Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na cidade de Contagem. Os inventários revelaram que a cultura material do município se transformava; bens rústicos, ordinários e diferenciados faziam parte da dinâmica municipal, o que não era específico apenas de Varginha.

Palavras-Chave: Cotidiano. Cultura material. Inventários *post-mortem*. Varginha. Séculos XIX e XX.

#### ABSTRACT

The passage from the nineteenth to the twentieth century was of social, urban and economic transformations for different regions of the world. At the time, the second Industrial Revolution gave the most diverse populations new habits of life and consumption; the elites lived at Belle Époque (SEVECENKO, 1998). In Brazil, the passage to nine hundred was marked by an important political event, the establishment of the First Republic, but also by economic growth of some localities. Regions such as Amazonas, Bahia, São Paulo, Minas Gerais and Rio Grande do Sul underwent social, urban and economic transformations that assisted their agricultural activities.

In Minas Gerais, since the mid-nineteenth century coffee was a product of commercialization and export in the Zona da Mata (LIMA, 1977), becoming more relevant to the economy of southern Minas Gerais in the early twentieth century (MARTINS, 2016). According to Wirth (1982), “coffee was the state’s most valuable export product, budget support, why two regions – the South and the Zona da Mata – dominated state policy in most of the Old Republic” (WIRTH, 1982, p. 81).

It was in the expansion of coffee plantations in southern Minas Gerais that in 1882, Varginha became a municipality, and the new municipality was initially formed by the city of Varginha and the districts of Pontal and Carmo da Cachoeira.

Therefore, the objective of this article is to investigate out the singularities of the material culture of the municipality of Varginha in the passage to nine hundred, highlighting the movables of the daily life, using to understand these specificities a set of 275 *postmortem* inventories of the municipality, located in the Permanent Archive of the Court of Justice of Minas Gerais, in the city of Contagem. The inventories revealed that the material culture of the municipality was transformed; rustic, ordinary and differentiated goods were part of the municipal dynamics, what was not specific only to Varginha.

Keywords: Daily life. Material culture. *Postmortem* inventories. Varginha. 19th and 20th centuries.

## **1. Introdução: a passagem do XIX para o XX como uma época de transformações no cotidiano**

A passagem para o novecentos foi uma época de distintas transformações sociais, urbanas e econômicas para grande parte do Brasil, pois diferentes regiões se desenvolveram, com o aumento do número de cidades e a introdução de empresas de serviços urbanos – como as de portos, telefonia e energia elétrica –, a chegada das ferrovias e dos estabelecimentos comerciais, das indústrias e das instituições bancárias (SAES, 2008, cap. 5). Tais elementos davam nova forma ao Brasil, com auxílio de atividades agropecuárias que reforçavam as dinâmicas econômicas regionais.

Como exemplo, podem ser citados os casos de diferentes cidades e regiões do Brasil. Em Manaus, o ciclo da borracha possibilitou crescimento e industrialização da localidade (BUENO, 2012). Na Bahia, o cacau formou uma economia de exportação específica do estado (ALMEIDA, 2009). No Rio Grande do Sul houve a formação de uma economia própria, baseada na pecuária (HERRLEIN JR., 2000). Em São Paulo, o café possibilitou fortalecimento da indústria regional e expansão das exportações nacionais (CANO, 1975). Na Zona da Mata (LIMA, 1977) e no Sul de Minas (MARTINS, 2016, p. 141-172), a cafeicultura também promoveu dinamização econômica.

Foi naquele contexto que Varginha, situado ao Sul de Minas Gerais, se emancipou do município vizinho de Três Pontas, no ano de 1882. Fizeram parte da formação inicial do município os distritos de Pontal (emancipado em 1911) e Carmo da Cachoeira (cuja emancipação data de 1938)<sup>2</sup>. Varginha se tornou municipalidade numa época em que diferentes hábitos de vida e padrões de consumo chegavam em diversas sociedades.

Vale destacar que transformações no cotidiano não eram especificidades apenas do Brasil. A partir da década de 1880, “(...) o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 11). Grosso modo, o mundo sentiu os efeitos da Segunda Revolução Industrial. “No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma

---

<sup>2</sup> A referência a *município* significa que se trata da cidade de Varginha e seus distritos. A referência a *cidade* significa que se trata apenas do espaço geográfico de Varginha, desconsiderando os distritos.

breve ideia, os veículos automotores (...) o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 09).

Assim, considerando o contexto de formação do município de Varginha, tomou-se como um dos fundamentos principais deste artigo o tema de cultura material, já que a época da passagem para o século XX remetia a transformações distintas no cotidiano – sociais, econômicas, urbanas – que impactavam na cultura material de diferentes localidades. A categoria de cultura material remete a uma multiplicidade de temas, que envolvem a relação das pessoas com o espaço rural e urbano, a utilização de espaços públicos, as formas de confecção das casas, a posse de bens materiais (como utensílios domésticos, vestuário e alimentos).

O outro fundamento diz respeito às fontes que podem ser utilizadas para a compreensão do tema de cultura material, sendo que neste artigo o destaque será para o inventários *post-mortem*.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é o de compreender as especificidades da cultura material do município de Varginha na passagem para o novecentos, com destaque para os bens móveis do cotidiano, utilizando para entendimento de tais especificidades um conjunto de 275 inventários *post-mortem* do município, localizados atualmente no Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na cidade de Contagem.

As análises se iniciam em 1882, já que foi em dezembro daquele ano que se reuniram pela primeira vez os vereadores da Câmara Municipal varginhense:

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei (...). (ACMV<sup>3</sup>, 1882, fl. 01).

As discussões terminam no ano de 1920 porque esta década constitui um período de transformações para a economia brasileira que, de certa forma, podem ter refletido na sociedade varginhense. Segundo Wilson Cano, “a década de 1920, para o Brasil,

<sup>3</sup> Abreviação para Ata da Câmara Municipal de Varginha. As atas da Câmara Municipal varginhense, do período de 1882 até 1920, encontram-se no Museu Municipal da cidade (MMV).

representa um processo de transição econômica e social, a partir do chamado modelo primário exportador, rumo a um novo padrão de acumulação – o do crescimento para dentro (...)” (CANO, 2012, p. 898).

Para o cumprimento do objetivo, este texto conta com 5 seções, além desta Introdução. A seção dois servirá para o esclarecimento do conceito de cultura material. Na terceira seção será abordado a importância dos inventários *post-mortem* para os estudos de cultura material. A seção quatro será referente à formação inicial do município de Varginha, considerando especialmente as atividades econômicas do período. Na quinta seção, serão feitas análises sobre a cultura material do município de Varginha, com destaque para os bens móveis do cotidiano, com base nos inventários *post-mortem*. A sexta seção conta com as considerações finais.

## 2. Cultura material: concepções sobre o tema

Um dos principais nomes dentro da História Econômica quando o assunto é cultura<sup>4</sup> material<sup>5</sup> é o de Fernand Braudel. Na introdução de *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)*, o autor escreveu:

Acontece que uma zona de opacidade, muitas vezes difícil de observar por falta de documentação histórica suficiente, se estende sob o mercado: é a atividade elementar de base que se encontra por toda a parte e cujo volume é simplesmente fantástico. À falta de termo melhor, denominei essa zona espessa, rente ao chão, de *vida material* ou *civilização material*. É evidente a ambiguidade da expressão. Mas, se a minha maneira de ver o passado for partilhada, como parece ser para o presente, por certos economistas, imagino que mais dia menos dia acabaremos por encontrar uma etiqueta mais adequada para designar esta infra-economia, esta outra metade informal da atividade econômica, a da auto-suficiência (...) (BRAUDEL, 1997, vol. 1, p. 12, grifos do autor).

<sup>4</sup> Para McCracken (2003, p. 11), a cultura pode ser definida como “ideias e atividades através das quais fabricamos e construímos nosso mundo”. De acordo com Rede (1996, p. 273), “concebeu-se a cultura como a somatória de componentes discretas (ideológica; sociológica; material) distribuídas estratigraficamente. É tal visão que permitiu a diferenciação entre níveis materiais e imateriais da cultura”.

<sup>5</sup> Sobre cultura material, escreveu Rede (1996, p. 267) que é uma manifestação da cultura geral; é de natureza física dentro da cultura geral. “A expressão *cultura material* é polissêmica e pode dar margem a ambiguidades. A polissemia deriva do fato de indicar tanto o objeto de estudo como uma forma de conhecimento (implicando uma proposta de método etc). A ambiguidade atravessa os dois níveis de sentido ao deixar implícita a oposição a uma pretensa cultura imaterial (REDE, 1996, pp. 267-268, grifos do autor). Assim, “(...) não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc)” (REDE, 1996, p. 273).

A obra de Braudel foi dividida em três volumes: o primeiro volume, dedicado às estruturas do cotidiano (ou à civilização material); o segundo volume, dedicado aos jogos das trocas (ou à economia); e, o último volume, dedicado ao tempo do mundo (ou ao capitalismo).

A respeito da vida material, escreveu Braudel que remete a “homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade –, em suma, tudo aquilo de que o homem se serve” (BRAUDEL, 1997, vol. 1, p. 19).

Outro autor importante que tratou da vida material foi historiador francês Daniel Roche (2000). Sua visão acerca do tema não diverge totalmente da visão de Braudel, porém, fez uma crítica à *Civilização material*:

Sem dúvida, na história a vida material estabelece “os limites do possível e do impossível”, como desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens (...) (ROCHE, 2000, p. 13).

A divisão de *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)* em três partes mostra que a civilização material (ou a cultura material) corresponde especialmente ao “primeiro andar” da sociedade, que está, de certa forma, separado das outras esferas (a economia e o capitalismo). No primeiro volume de sua obra, por exemplo, Braudel dedicou um capítulo ao “supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas” e um outro capítulo ao “supérfluo e o costumeiro: o *habitat*, o vestuário e a moda”, que são capítulos que retrataram bem aspectos de cultura material de diferentes partes do mundo, com destaque para a Europa.

Nas palavras de Roche, “da vida material à economia de mercado, desta ao desenvolvimento do capitalismo, a realidade se constrói por estratos superpostos que se articulam entre si, mas permanecem, em parte, dissociados: o estrato da vida material se esquivava do domínio da civilização do mercado (...)” (ROCHE, 2000, p. 16).

Ainda que Braudel não tenha ressaltado, segundo Roche, uma conexão mais precisa entre as estruturas do cotidiano, a economia e o capitalismo, seu trabalho é de

suma importância para a temática de cultura material, já que o autor tratou do cotidiano<sup>6</sup>, analisando especificidades da cultura material de diferentes partes do mundo.

De igual maneira, o trabalho de Roche é relevante para a temática porque o autor tratou da vida cotidiana. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*, especialmente na segunda parte da obra, destacou o que foi denominado por seu escritor de “a vida comum”, envolvendo tópicos como as casas rurais e urbanas, os móveis e objetos, o vestuário e a aparência, o pão, o vinho e o paladar (ROCHE, 2000, segunda parte: a vida comum).

Braudel e Daniel Roche se debruçaram sobre estudos de cultura material, deixando clara a relevância do tema para a História e contribuindo para o entendimento teórico. Nas palavras de Roche,

Duas razões principais se conjugam atualmente para que nos interessemos pela história da civilização material, da cultura material, da vida cotidiana. Primeiramente, é um meio de contribuir para uma releitura mais geral da história econômica e social – de sermos fiéis à nossas origens intelectuais pessoais (...) Em seguida, essa história intelectual e cultural desejaria explicar os fenômenos da vida que, individual ou coletivamente, dizem respeito à apropriação (ROCHE, 2000, p. 11-12).

Tratar da cultura material de Varginha no contexto de sua formação é uma forma de releitura de uma parte de sua história, bem como converge para a compreensão da apropriação (de bens do cotidiano local).

Vale ressaltar que cultura material não se resume apenas ao estudo dos bens ou objetos materiais isoladamente, implica, especialmente, na averiguação das relações sociais que estão por trás do consumo de tais materiais (REDE, 1996, p. 273; MILLER, 2007, p. 44).

Fala-se corriqueiramente de objetos ou artefatos, mas a cultura material tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado (...) Logo, as preocupações

---

<sup>6</sup> “Para Certeau, por exemplo, o cotidiano se compõe de numerosas práticas ordinárias e inventivas e não segue necessariamente padrões impostos por autoridades políticas ou institucionais. Já para Agnes Heller, a vida cotidiana é a vida de todo homem, e todos já nascem inseridos na sua cotidianidade, na qual participam com toda sua personalidade: com todos os sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias, ideologias. Heller identifica e delimita as partes que constituiriam a vida cotidiana como a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (SILVA; SILVA, 2015, p. 75-76).



estenderam-se a articulações mais vastas: cemitérios; portos; fábricas; quarteirões; cidades inteiras (...) (REDE, 1996, p. 278).

Materialidade e imaterialidade caminham conjuntamente em se tratando de cultura. As relações sociais ou conflitos de interesse numa sociedade (imaterialidades), por exemplo, podem ser compreendidos por meio da utilização de determinados objetos pessoais ou vestimentas, construção de moradias e prédios públicos, transformações no espaço urbano (materialidades).

É possível afirmar que estudar a cultura material de determinada sociedade numa localidade diz respeito à compreensão do consumo<sup>7</sup> de objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho<sup>8</sup>; diz respeito às especificidades da alimentação e do vestuário<sup>9</sup>; diz respeito, ainda, ao entendimento do uso e da construção das habitações privadas e imóveis públicos, das ruas, praças e dos demais espaços públicos<sup>10</sup>. Por meio do entendimento das particularidades do consumo, dos usos e das construções, dos hábitos de vida, é possível assimilar as relações sociais, urbanas e econômicas de uma sociedade.

No caso deste artigo, dentro dos elementos de cultura material, serão frisados os bens móveis do cotidiano de Varginha (objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho presentes em parte daquela sociedade).

As fontes utilizadas para a compreensão da temática de cultura material são variadas<sup>11</sup>, tais como fontes textuais (diários pessoais, fotografias, inventários *post-*

---

<sup>7</sup> Sobre consumo e cultura material em São Paulo da passagem do século XIX para o século XX, cf.: OLIVEIRA (2009).

<sup>8</sup> Laumann e House (1970) buscaram estabelecer o significado do mobiliário doméstico, recorrendo aos princípios de “moderno” e “tradicional”. Cohen (1982) examinou os princípios evidentes na mobília norte americana.

<sup>9</sup> Sahlins (1976) analisou os “sistemas” de alimento e vestuário e mostrou sua correspondência às categorias culturais de pessoa. Levy (1981) estudou a correspondência entre tipos de comida e categorias culturais de idade na sociedade norte americana.

<sup>10</sup> Braudel, no volume I de *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)* – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível, investigou (em algumas partes do volume) o consumo em diferentes partes do mundo, com destaque para a Europa. O capítulo 3 tratou de “O supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas”, especialmente na Europa. No capítulo 4 “O supérfluo e o costumeiro: O *habitat*, o vestuário e a moda”, o autor deu atenção para as “casas de todo o mundo”, destacando os materiais empregados na construção, as propriedades das casas rurais e urbanas e seus interiores (mobília, luxo e conforto) (BRAUDEL, 1997, volume 1, capítulos 3 e 4).

<sup>11</sup> (...) os estudos de cultura material não se caracterizam nem pelo uso determinante de fontes materiais, nem como preocupação exclusiva com artefatos e, eventualmente, seu contexto, como se fossem um segmento à parte da vida social – mas pela análise da dimensão material de qualquer instância ou tempo da vida social. É por isso que tais estudos, longe de constituírem um domínio próprio, autônomo, podem estar presentes nos diversos campos da História. Daí a insuficiência de se trabalhar apenas ou preponderantemente com documentação material” (MENESES, 2007, p. 14).

*mortem*, testamentos, atas de Câmaras, relatórios administrativos e demais documentos pertencentes aos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo), arqueológicas (objetos materiais) e impressas (como jornais e revistas)<sup>12</sup>.

Abaixo, será dado destaque para um grupo de fontes textuais pertencentes ao poder judiciário: os inventários *post-mortem*.

### **3. Os inventários *post-mortem*: fontes para o estudo de cultura material**

Os inventários *post-mortem* são documentos que detalham a composição do patrimônio de pessoas específicas (aquelas que possuíam posses e/ou condições para realizar um inventário) depois de seu falecimento, e informam sobre a ocorrência da divisão da herança entre os herdeiros. Assim, essas fontes mostram a soma da riqueza (ou monte-mor) que uma pessoa possuía até a data de sua morte.

Todavia, é preciso mencionar que tais documentos – que são fontes de pesquisas para diversas subáreas da História – apresentam algumas limitações que devem ser citadas<sup>13</sup>.

Os inventários retratam o patrimônio de uma pessoa no momento de seu falecimento, riqueza aquela que foi constituída, geralmente, durante a vida do inventariado, pode ter sido esforço de seu próprio trabalho ou também parte de uma herança que foi recebida de seus ancestrais. A riqueza que está presente no inventário pode ter sido formada alguns dez, vinte ou trinta anos antes da morte da personagem: as mobílias de dentro das casas, os animais, os bens imóveis, as dívidas contraídas, são bens adquiridos ao longo do tempo. Mas os inventários não permitem que se trace uma trajetória de vida da personagem inventariada, pois tratam do momento da morte em diante, dos bens que a personagem possuía quando morreu e do futuro desses bens (a divisão entre os herdeiros).

Outra limitação dos inventários *post-mortem* diz respeito à riqueza e aos valores monetários contidos nos documentos. Pesquisa de Agnaldo Valentin, José Flávio Motta e Iraci del Nero da Costa demonstrou que são necessários alguns cuidados: o primeiro remete à caracterização da riqueza, entre bruta e líquida; o segundo ponto de atenção diz

---

<sup>12</sup> Para uma discussão a respeito de fontes na História, cf.: PINSKY, 2015; PINSKY; LUCA, 2015.

<sup>13</sup> Sobre as possibilidades de utilização e limitações dos inventários *post-mortem*, ver: FURTADO, 2015, P. 93-118.

respeito à riqueza líquida, especialmente quando apresenta valores negativos; por último, mas não menos importante, os autores ressaltaram a importância de uma compreensão profunda sobre a medida de riqueza obtida por meio dos inventários (VALENTIM; MOTTA; COSTA, 2013, p. 157).

Ainda, vale frisar que tais documentos retratam a estrutura de riqueza de apenas fração de uma sociedade, ou seja, parte das pessoas que possuíam condições para a realização de um inventário de bens.

Embora haja limitações no uso de inventários *post-mortem*, “(...) acredita-se que essas particularidades [citadas acima] não diminuem em nada o potencial desses documentos como fontes de dados. O mais importante é reconhecer as limitações da fonte e trabalhar de forma consciente com as informações” (LOPES, 2015, p. 54).

Inventários tem sido utilizados por serem fontes de pesquisas para entendimento de estruturas de riquezas; informam dados sobre o endividamento de uma sociedade, por meio de informações extraídas da categoria de dívidas; servem para o compreensão da composição de famílias; possuem informações importantes para estudiosos da escravidão; servem de base para percepção da cultura material e do consumo de determinada localidade<sup>14</sup>.

Maria Aparecida de Menezes Borrego (2017), ao tratar de bens móveis específicos presentes no Museu Paulista (as arcas), utilizou de fontes tridimensionais (as peças do acervo do Museu) e fontes textuais (especialmente inventários *post-mortem* produzidos na época de origem dos objetos) para compreender as semelhanças e diferenças encontradas nos dois grupos de fontes (as peças do acervo e os inventários) quanto ao tratamento dos objetos. Chegou-se à conclusão de que as caixas da casa colonial paulista eram as arcas do Museu Paulista, ou seja, as fontes descreveram de formas diferentes os mesmos objetos.

Embora tenham sido encontradas divergências nas duas fontes sobre um mesmo tipo de objeto, o que vale destacar aqui é que os inventários *post-mortem* detalham características dos bens que servem para uma compreensão de uma sociedade que vai além de sua materialidade. Nas palavras da autora:

---

<sup>14</sup> Dentre os inúmeros trabalhos que partem de inventários, cf.: MELLO (1985); MARCONDES (1988); LOPES (2005); FERREIRA (2016); PINHEIRO (2017); VALE (2018).

A leitura dos 87 inventários evidenciou que o mobiliário com tampo de abrir era o que predominava nos interiores domésticos, depois dos móveis de assento. É legítimo supor que a intensa mobilidade espacial vivenciada pelos comerciantes que residiam na cidade de São Paulo, no século XVIII, tenha se refletido no apego aos baús, às canastras, às arcas e às caixas de carga utilizados para o transporte de mercadorias e de bens próprios (BORREGO, 2017, p. 202).

Maria Lucila Viveiros Araújo (2004), em estudo que abordou cultura material com destaque para os interiores domésticos da São Paulo na primeira metade do século XIX, utilizou como fontes principais os inventários *post-mortem*. Nas palavras da autora, “os inventários podem fornecer dados tanto para as análises da história serial e quantitativa, indicando os níveis de riqueza da população, quanto para a história da cultura material, revelando os padrões de consumo da população e a introdução de novos equipamentos culturais” (ARAÚJO, 2004, p. 130).

Cláudia Marques Martinez (2006), em estudo sobre riqueza e cultura material para a região mineira do Vale do Paraopeba entre 1840 e 1914, utilizou como fontes principais 761 inventários *post-mortem* da região. A autora mostrou inúmeras possibilidades de utilização dessas fontes para compreensão de uma sociedade. As categorias possíveis elencadas foram: inventários segundo a riqueza e o espaço doméstico; inventários segundo a posição social e econômica; inventários segundo o sistema de trabalho; inventários segundo o espaço geográfico e a diversidade regional; inventários segundo o habitat; inventários segundo o processo artesanal e técnico industrial; inventários segundo costumes e hábitos; inventários segundo relações de gênero; inventários segundo a alimentação (MARTINEZ, 2006, p. 64-70).

Com base na listagem de categorias elaborada por Martinez (2006), é possível afirmar que os inventários *post-mortem* são fontes essenciais para o entendimento do cotidiano de uma sociedade, das transformações em sua cultura material e em seus padrões de consumo.

Segundo a autora:

As categorias de análise explicitadas colocam em evidência outras formas de pensar, organizar, sistematizar e avaliar os dados encontrados ou já dispostos em Bancos de Dados. A partir de enfoques ou questões diferenciadas, outras categorias também podem ser elaboradas. O objetivo dessa classificação foi justamente propor e aprofundar discussões – de caráter teórico-metodológico – em torno dessa

significativa fonte quantitativa e serial, os inventários *post-mortem* (MARTINEZ, p. 70).

Em pesquisa sobre cultura material para a elite do Sul de Minas Gerais entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, escreveu Andrade (2014) que “para reconstruir parte do universo cotidiano das elites, várias fontes serão necessárias: inventários, relatos de viajantes, documentos particulares das famílias investigadas, genealogias e memórias, fotografias, entre outras” (ANDRADE, 2014, p. 134). Continuou o autor que “os inventários são fontes primordiais para este tipo de investigação (...)” (Idem, Ibidem, p. 134).

Marcos Lobato Martins (2016), em trabalho para a cidade de Alfenas (situada no Sul de Minas Gerais) na segunda metade do século XIX, utilizou inventários *post-mortem* para tratar de elementos da cultura material da localidade. O autor elaborou uma tabela com os mais diversos itens presentes dentro das casas (objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho), informando o número de domicílios que possuíam cada item, bem como a porcentagem de ocorrências de cada bem nos domicílios (MARTINS, 2016, p. 184).

Portanto, é possível afirmar que inventários *post-mortem* são fontes históricas essenciais para o estudo dos diversos elementos de cultura material de uma sociedade. Com essas fontes, é possível compreender os hábitos alimentares de uma sociedade inventariada e tecer reflexões sobre a produção alimentícia local; é possível averiguar os objetos de uso pessoal e utensílios domésticos e pensar sobre produção local e importação; é possível, por meio da descrição dos instrumentos de trabalho, investigar sobre as principais atividades desenvolvidas em determinada localidade; ainda, por meio da análise dos bens imóveis, é possível compreender uma localidade do ponto de vista do rural e das transformações urbanas.

Na seção abaixo, será destacado o município de Varginha, localidade objeto de estudo deste artigo a respeito da temática de cultura material.

#### **4. História e economia de Varginha: por dentro de um município sul-mineiro em formação**

A região do Sul de Minas Gerais, onde se situa Varginha, foi emancipada em 1789, com a paróquia de Campanha da Princesa. Localizada a princípio na Comarca do Rio das

Mortes, Campanha se tornou a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir do ano de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira.

O município de Campanha foi desmembrado na primeira metade do século XIX em seis outros municípios: Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840) e Itajubá (1848). Varginha, porém, fez parte de um outro grupo de municípios do Sul de Minas, que se emancipou ao final do século XIX com a fortificação da economia cafeeira pelo sul mineiro.

Ao final do ano de 1882, quando ocorreu a primeira reunião da Câmara Municipal de Varginha, foi escolhido o primeiro presidente da Câmara Municipal, Matheus Tavares da Silva<sup>15</sup>, sendo o vice presidente, José Maximiano Baptista<sup>16</sup>.

A formação da Câmara Municipal de Varginha ocorreu ao final do ano de 1882, contudo, claramente, num período bem anterior ao do fim do século XIX, as terras que mais tarde abrigariam o município já eram povoadas. Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, posteriormente, elas foram doadas a diocese de Campanha (SALES, 2003).

Affonso Ávila afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785. O povoado se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de Campanha ao Sertão de Três Pontas. E a exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros, surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvás (ÁVILA, 1983, p. 02).

Entre 1785 e 1820, foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes (ÁVILA, 1983, p. 08). Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha se

---

<sup>15</sup> Major Matheus Tavares da Silva, influente membro da sociedade varginhense, foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, p. 187-189) como capitalista, negociante, fazendeiro com engenho movido por água, tropeiro e açougueiro. Contribuiu financeiramente para que novo serviço (a ferrovia) passasse por Varginha. Dentre os moradores do município de Varginha na transição do século XIX para o XX, era um dos membros que mais posses detinha. Faleceu em 1905 deixando dois filhos.

<sup>16</sup> Descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, p. 187) como proprietário de estabelecimento de secos e molhados.



transformou em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas (VEIGA, 1884, p. 182). Em 1882, como já mencionado, Varginha passou a contar com autonomia municipal, sendo realizada na cidade a primeira reunião da Câmara de vereadores.

O mapa abaixo mostra a localização atual de Varginha e do Sul de Minas Gerais no Estado; ainda, os Estados que se situam próximos da região sul-mineira:

**Mapa 1.:** A localização de Varginha no Sul de Minas Gerais



Fonte: adaptado de <http://suldemg.blogspot.com.br/2010/11/mapa-do-sul-de-minas.html>. Acesso em 01/05/2019.

Dentre as atividades econômicas de Varginha, serão destacadas aquelas que estiveram presentes na formação inicial municipal e que, em partes, contribuíram para transformações sociais, urbanas e econômicas: a cafeicultura, o comércio, a inauguração da estrada de ferro, as instituições bancárias e as primeiras fábricas.

De acordo com José Lefort, o café foi introduzido em Varginha por volta de 1870, apenas para o consumo local de seus plantadores, sem ainda ser comercializado (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003). Mas a cultura desenvolveu-se, dentro dos limites estruturais de Varginha, de forma satisfatória, como poderá ser conferido abaixo nesta seção, quando da relação entre cafeicultura e ferrovia.

Ávila afirmou que a tendência e vocação de Varginha para o comércio foi estabelecida na época de sua caracterização como pequeno núcleo urbano de serviços

para uma sociedade de estrutura fundiária. A princípio, mencionou o autor que essa tendência e vocação se cumpriam em relação quase apenas aos contingentes agrícolas do próprio município (ÁVILA, 1983, p. 14).

Mas Veiga, em seu Almanach Sul Mineiro para 1874, assegurou que Varginha enviava para a corte alguns gêneros, tais como fumo e toucinho, porcos e gado vacum. E recebia de lá ferragens, louça, bebidas e sal, este último, em grande quantidade, se comparado com os demais itens importados, chegando a mais de 3.000 sacas anualmente (VEIGA, 1874, p. 186).

Isso mostra, assim como ocorreu para o Sul de Minas como um todo ao longo do século XIX, a relevância do comércio de abastecimento, que também estava presente em Varginha, antes ainda de ser transformada em cidade<sup>17</sup>.

Depois da emancipação de Três Pontas, o comércio varginhense se ampliou, atendendo a comunidade da cidade e a de algumas outras localidades do Sul de Minas. Dentre as casas comerciais e de serviços varginhenses, se encontravam estabelecimentos de secos e molhados, comércios de venda por atacado e varejo, açougues, farmácias, consultórios médicos e de dentistas, alfaiatarias, oficinas de sapateiros, relojoarias, depósitos de mobílias, atelier de fotografias e de costura (SALES, 2003, p. 280-281).

A movimentação que a cafeicultura e o comércio levaram até Varginha ocorreu devido também a uma inovação para a época e para a sociedade varginhense: a estrada de ferro. No dia 28 de maio de 1892, a estação férrea em Varginha, partindo de Três Corações, foi inaugurada.

Segundo Sales (2003), o projeto original para a Estrada de Ferro Muzambinho não contava com uma estação em Varginha. Como os terrenos em Varginha eram mais elevados que o nível do rio, os custos para que a ferrovia passasse pela cidade se elevariam. Assim, precisou-se de intervenção particular para que fosse construída a estação de Varginha: o major Matheus Tavares da Silva, primeiro presidente da Câmara Municipal varginhense, financiou o necessário para que a ferrovia passasse por Varginha.

---

<sup>17</sup> Apesar da independência do Sul mineiro datar de 1789, antes disso a região apresentava importância como rota de comércio e como produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte. Segundo Celso Furtado: “A cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração” (FURTADO, 1963, p. 114-115).



A estação da estrada de ferro Muzambinho foi inaugurada em Varginha graças o acréscimo de 100 contos de réis de Matheus Tavares da Silva (SALES, 2003, p. 182-184). No inventário do major, havia uma passagem dizendo que “declarou mais o inventariante que o espólio possui uma cautela da Estrada Muzambinho”. O valor da cautela era de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) (Inventário de Matheus Tavares da Silva, 1905, Arquivo Permanente do TJMG).

Para Matheus Tavares da Silva, a passagem da estrada de ferro por Varginha contribuía para a expansão de seus próprios interesses. Além de ser membro da elite política da cidade, primeiro presidente da Câmara Municipal de vereadores, o major estava dentre os moradores mais ricos de Varginha. Mais que almejar o progresso da cidade, Matheus Tavares da Silva, como negociante, comerciante, fazendeiro e produtor de café, financiou parte da ferrovia porque o serviço seria necessário para a expansão de seus investimentos.

Vale ressaltar que a chegada da ferrovia mostra uma valorização do espaço urbano que não se restringiu apenas à década de sua inauguração, se estendendo para os anos iniciais do século XX:

Nas vias de acesso que surgem balizando ambos os lados do leito da estrada de ferro (...) aparecem, em inícios deste século [século XX], construções de porte e tipo inteiramente novos para a cidade, como galpões e armazéns de depósito, nos quais se instalam máquinas de beneficiamento de café, e estabelecimentos destinados ao comércio atacadista e de exportação desse produto, bem como algumas pequenas indústrias manufatureiras e de transformação (...) (ÁVILA, 1983, p. 06).

Com a estrada de ferro passando por Varginha, o comércio, que já se fazia presente na cidade, passou a se expandir, porque suas mercadorias poderiam ser enviadas a outras cidades, não apenas do Sul de Minas, mas de outras localidades de Minas Gerais e para Estados vizinhos. Em 1913, por exemplo, a cidade de Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café (Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, 1913, p. 505); em 1918, a média de exportações de café que passava pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas em Varginha – mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, distrito que ainda não havia se emancipado. As 75 mil sacas restantes eram de outros municípios vizinhos (ÁVILA, 1983, p. 14).

E em meio às transformações urbanas pelas quais passava a cidade, as instituições bancárias chegaram na quarta década de sua formação, depois que o espaço urbano se desenvolvia de forma gradual. Em 1915, foi inaugurada uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes e antes disso, em 1912, havia sido inaugurada uma agência do Banco do Brasil. As duas agências “luxuosamente instaladas em prédios próprios”, facilitavam a circulação monetária no município (FONSECA & LIBERAL, 1920 apud SALES, 2003, p. 281).

As primeiras fábricas que surgiram no município contavam com bases ainda arcaicas, se comparadas às indústrias, por exemplo, de cidades da Zona da Mata mineira, como Juiz de Fora<sup>18</sup>, no mesmo período em que se analisa Varginha.

Foi em 1893 que surgiu o primeiro estabelecimento industrial da cidade: a fábrica de vinhos produzia cinco pipas anualmente, sendo 300 mil réis cada uma. As cinco pipas produzidas por ano correspondiam a 2.486.000 litros de vinho, que eram consumidos localmente. Além da fábrica de vinhos, em 1893, Varginha contava com uma fábrica de meias de lã (SALES, 2003, p. 279-280).

O café, que era um dos principais produtos de exportação do município, também estava diretamente ligado à indústria. “Entre os principais estabelecimentos industriais, destacam-se os destinados ao beneficiamento e rebeneficiamento do café, todos localizados em proximidade da estação férrea de Varginha” (RUBIÃO, 1919 apud SALES, 2003, p. 279-280).

Em relação às demais fábricas, Fonseca e Liberal afirmaram que se destacavam os estabelecimentos de aguardente, rapadura, manteiga, e as oficinas mecânicas. Havia também fábrica de gelo, de balas e caramelos, de bebidas, as serrarias e carpintarias; as oficinas de ferreiros, as padarias e uma fábrica de banhas (FONSECA & LIBERAL, 1920 apud SALES, 2003, p. 208-281).

Dado um panorama geral acerca da história e da economia de Varginha entre o final do século XIX e o início do XX, a seção abaixo abordará o estudo de cultura material no município com base no conjunto de inventários *post-mortem*.

---

<sup>18</sup> Sobre economia e indústria em Juiz de Fora da Primeira República, cf., dentre outros: PIRES (2009).

## 5. O cotidiano do município de Varginha: bens móveis por meio dos inventários *post-mortem*

Por meio dos 275 processos de inventários *post-mortem* pertencentes ao município de Varginha, foram destacados os seguintes bens móveis: objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho. Nas palavras de Marcelo Rede (1996):

Talvez seja justamente na área de estudos da cultura material que se verifiquem os maiores impulsos a reconhecer nos objetos qualidades imanentes, que eles, efetivamente, não podem ter. Estamos face ao que se tem chamado, genericamente, de fetichismo. Sua característica é a transferência aos objetos (que, por definição, possuem apenas propriedades físico-químicas) de qualidades do universo orgânico (quer biológico, quer social) (...) a operação não se dá autonomamente, do mundo físico para o mundo físico, mas por intermediação cultural (é aí que se estabelecem, entre outras coisas, as tradições) (REDE, 1996, p. 272).

Partindo dos inventários *post-mortem* do período de 1882 a 1920 existentes para o município varginhense, foi possível ser elaborada a tabela 1:

**Tabela 1.** Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* do município de Varginha (1882-1920)

DESCRIÇÃO	PERÍODO			
	1882-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Bens Móveis	6,43%	4,47%	5,10%	1,83%
Imóveis Rurais	58,10%	40,12%	43,97%	50,83%
Imóveis Urbanos	3,47%	4,36%	6,88%	7,47%
Culturas e Mantimentos	5,48%	15,60%	8,31%	3,86%
Animais	5,82%	6,44%	6,73%	3,87%
Escravos	7,20%	-	-	-
Dinheiro	0,44%	4,47%	8,25%	3,21%
Dívidas Ativas	13,07%	24,56%	20,51%	28,87%
Monte-mor <sup>19</sup>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Dívidas Passivas	3,79%	10,37%	8,52%	9,37%
Monte-partível <sup>20</sup>	<b>96,23%</b>	<b>89,63%</b>	<b>91,23%</b>	<b>90,57%</b>

Fonte: FERREIRA, 2017, p. 166.

Conforme mostra a tabela 1, a alocação da riqueza dos inventariados do município de Varginha mostra a maior parte do investimento nos bens imóveis rurais, característica

<sup>19</sup> A soma de todos os bens do inventariado era denominada de monte-mor

<sup>20</sup> Deduzidas as dívidas passivas, restava era o monte-partível: o que seria dividido entre os herdeiros.

do Sul de Minas na época. Na primeira e na última década, os investimentos nos imóveis rurais representavam mais da metade do investimento total da população inventariada. O segundo maior investimento, em todas as décadas do período de 1882 até 1920 foi nas dívidas ativas<sup>21</sup>.

A categoria de bens móveis (que abarca objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho) representava pouco do total do monte-mor. Em comparação com os bens imóveis, por exemplo, é possível dizer que estes eram bens com valor monetário muito mais alto por serem casas de morada, terrenos com ou para culturas, grandes extensões de terras virgens; então, tais bens concentravam a maior parte da riqueza. Fazendo-se uma média do investimento, os bens móveis envolveram cerca de 4,45% do monte-mor nas categorias de bens presentes nos inventários. Ainda assim, a categoria de bens móveis é importante para compreensão do tema de cultura material em Varginha.

Os bens móveis estavam presentes em praticamente todos os processos. Como bens móveis, os mais frequentes que apareciam nos inventários eram as mobílias de dentro das casas: da cozinha, eram mesas e cadeiras, pratos, canecas, copos, garrafas, talheres e panelas, bules e armários; dos quartos eram catres, camas, cômodas e guarda roupas; das salas apareciam sofás ou marquesas. Dentre os bens móveis também eram listados, entre outros: relógios de parede, tachos e bacias (usados nos engenhos), teares e rodas de fiar, máquinas de costura, alambiques, enxadas, machados, carros de bois e armas (garruchas e espingardas).

Nos casos de inventários de comerciantes, os bens móveis eram, sobretudo, o que comercializavam os inventariados. Assim, em alguns processos, nos bens móveis havia descrito apenas “fundo da farmácia” ou “fundo do negócio” e o valor dos bens móveis do comércio. Serão citados alguns exemplos: dentre outros bens móveis do inventário de Maria Francellina de Jesus, datado de 1884, a maior parte do valor dos bens avaliados correspondia a pouco mais de 12 contos e 300 mil réis de uma casa comercial; o valor

---

<sup>21</sup> Na passagem do XIX para o XX, acontecimentos políticos e econômicos marcaram a economia brasileira, dentre outros, a política dos governadores e o encilhamento. Este último gerou distorções para o sistema financeiro nacional e o Brasil viveu uma época de surto inflacionário. Assim, utilizamos como método para deflacionar os valores das riquezas do conjunto de inventários a transformação dos réis em libras esterlinas. Apesar dos acontecimentos políticos e econômicos aos quais o Brasil passou na época, a libra foi a moeda que melhor cobriu o período de análise sem sofrer grandes alterações de valor. Esse método já foi utilizado por muitos autores. Dentre outros, cf.: FRAGOSO, 1990.

dos bens da casa comercial correspondia a 99,5% do valor dos bens móveis totais. O processo de inventário de João José Pereira, de 1896 continha, dentre outros bens móveis, o fundo do negócio, no valor aproximado de 14 contos de réis, o que correspondia a pouco mais de 95% do conjunto dos bens móveis. No inventário de Anna Jacintha de Rezende, do ano de 1918, os bens móveis eram compostos, dentre outros, pelo fundo da farmácia e pelos utensílios da farmácia, cujo valor era de 5 contos e 600 mil réis, o que equivalia a pouco mais de 96% dos bens móveis totais.

Em alguns casos, o inventariado não era descrito como comerciante, o que não impossibilitava de compreender sua função: no inventário de José Justiniano de Paiva, do ano de 1896, além dos bens móveis de dentro das casas, encontrou-se, em grande quantidade, peças de chita, peças de lã, peças de renda, metros de him e casimira, camisas de chita e de algodão, paletós de algodão, pares de meias, chapéus, toucas, espelhos, caixas de fitas e de linhas, botões, tesouras, barbantes e luvas. Certamente, o inventariado comercializava aqueles objetos.

Dentro desta categoria de bens, foi possível encontrar alguns bens diferenciados, que apareciam em poucos documentos<sup>22</sup>. No inventário de Francisca de Oliveira, falecida em 1892, foi possível encontrar, dentre outros bens móveis, um relógio, um rosário e um colar, todos de ouro, além de um par de brincos de plaque a ouro. No inventário de Joaquina Rosa da Silva, cujo processo foi de 1893, também foram listados dois rosários e um par de brincos de ouro. No documento do barão de Lavras (João Alves de Gouvêa), falecido em 1889, foram listados, dentre os bens móveis, um relógio com corrente de ouro, duas medalhas, seis botões, duas canetas e dois relicários, todos os bens de ouro

No inventário de Domingos Pinto Ribeiro, falecido em 1886, foram listados alguns livros, dentre eles quatro do “Catecismo de Perseverança” e dois de “Medicina Doméstica”. O barão de Lavras também apresentava livros em seu espólio, eram eles: três

---

<sup>22</sup> Os bens diferenciados, no caso deste artigo, são também “os objetos que, por serem originários do mundo exterior ao [varginhense], e também à própria cultura [local], suscitavam um desejo de posse acrescido por parte dos seus consumidores, o qual podia não ser alheio à aquisição de estatuto social. O que caracteriza [esses bens], assim, será a combinação de duas características suscitadas pelos objetos a ele conotados: a constatação da “diferença” e o fato de suscitarem desejo. Ou seja, a sua aquisição releva em primeiro lugar a verificação da sua alteridade e a sua eventual utilização como marca de distinção. Dessa forma, [tais objetos diferenciados] têm sido muitas vezes vistos como exclusivos das camadas superiores das sociedades, a quem conferem poder social e político. Todavia, argumentar-se-á que essa circulação de objetos não foi exclusiva das elites (...), nem dos grandes centros urbanos, pelo que a sua difusão atingiu maiores proporções do que aquelas que a historiografia tem admitido até agora” (SÁ, 2017, p. 36).

volumes da Bíblia Sagrada, do ano de 1855, um dicionário, um “Catecismo de Perseverança” e diversos volumes de “Leitura, História e Poesia”. No inventário de José Justiniano de Paiva, falecido em 1896, havia, entre os bens móveis, além das peças para costura listadas anteriormente – inclusive, entre elas alguns tecidos italianos – duas chocolateiras e livros, seis com o título de “Deveres da Civilidade”, oito Atlas Universais, cinco gramáticas portuguesas e mais alguns outros. Paulino José Franco de Carvalho, falecido em 1908 possuía, dentre seus bens móveis, um piano e uma estante com livros.

No inventário de Mariana Augusta de Oliveira, de 1917, foi possível notar um cofre de ferro. No inventário de Anna Jacintha de Rezende, falecida 1918 (e que possuía o fundo de uma farmácia) foi encontrado dentre os bens móveis um talher francês de *crystofle*; o único talher de *crystofle* correspondia ao preço de diversas peças de louça juntas ou de um guarda roupas que a inventariada possuía na época: 40 mil réis. Com o preço do talher de *crystofle* era possível ser adquirido também um animal, considerando os preços de animais na época.

Por meio dos bens móveis pode-se notar, portanto, um padrão de consumo diferenciado de alguns membros da sociedade varginhense: peças de ouro, chocolateiras, livros, tecidos e louças importadas não estavam presentes em todos os processos de inventários, mas apenas numa pequena parte deles. Esses bens diferenciados eram a grande maioria importados, já que acredita-se que em Varginha não havia fábricas voltadas para aqueles bens móveis na época.

O que foi observado em Varginha não era especificidade apenas do município<sup>23</sup>. Em estudo que envolveu elementos de cultura material para Alfenas na época da segunda metade do século XIX, conforme citado na seção três deste artigo, Martins (2016) escreveu que lá se fazia presente a “rusticidade da vida rural que convivia com pequenos luxos nas casas de grandes fazendeiros: louças importadas, móveis torneados em madeira de lei, talheres e castiçais de prata, copos de cristais, relógios de ouro, etc (...)” (MARTINS, 2016, p. 184).

Ainda que o estudo de Martins (2016) sobre Alfenas tenha se concentrado no período de 1855 a 1897 e o período de análise de Varginha seja 1882 até 1920, os dois

---

<sup>23</sup> Sobre as realidades históricas e econômicas de outros municípios do Sul de Minas Gerais na passagem do século XIX para o século XX, cf.: SAES; MARTINS; GAMBI, 2016, parte 2 – Sul de Minas em urbanização: estudos de caso.

municípios apresentaram especificidades parecidas: bens rústicos se misturavam com bens de consumo tidos como modernos, característica de cidades Sul mineiras de meados do século XIX e do século XX. Cidades que se emanciparam numa época em que o Brasil passava por transformações sociais, urbanas e econômicas que influenciaram a cultura material das mais diferentes localidades. A cultura brasileira era a de copiar padrões de consumo considerados modernos dos países desenvolvidos, e tais padrões se misturavam aos padrões de consumo oriundos do espaço rural das cidades em formação<sup>24</sup>.

Vale ressaltar que a cultura material varginhense passava por transformações, já que moradores do município conviviam ao mesmo tempo com bens rústicos ou instrumentos de trabalho característicos daquela regionalidade (como machado, enxada e carros de bois) misturados aos bens ordinários (como mobiliário, por exemplo mesas e cadeiras presentes nas residências) e bens diferenciados (como um talher francês de *crystofle* ou objetos de uso pessoal de ouro e objetos importados).

## **6. Considerações finais: transformações na cultura material de um novo município do Sul de Minas Gerais**

O objetivo deste artigo foi o de entender as singularidades da cultura material do município de Varginha na passagem do século XIX para o século XX, com destaque para os bens móveis do cotidiano, sendo as fontes principais utilizadas para o cumprimento de tal objeto o conjunto de inventários *post-mortem* do município para a época.

Estudar a cultura material de uma localidade num determinado contexto permite que se reconstrua parte de sua história, já que a cultura material remete a diferentes elementos do cotidiano, como hábitos alimentares, a posse de bens móveis, as formas de morar e de usar o espaço rural ou urbano de uma região. Pensar em cultura material faz especialmente sentido na passagem para o novecentos, cenário da segunda Revolução Industrial, a Belle Époque, em que diferentes hábitos de vida e bens de consumo passaram a fazer parte do cotidiano de distintas sociedades do mundo, sobretudo das elites.

O cuidado com o espaço urbano (limpeza de ruas e praças) era um costume novo para alguns municípios que se emanciparam na passagem do XIX para o XX; a utilização

---

<sup>24</sup> Sobre a mimetização de padrões de consumo da elite brasileira, cf., dentre outros: FURTADO (1971); FURTADO (1975); FURTADO (1975a).



de determinados objetos materiais, como as vestimentas e certos utensílios domésticos, foram padrões de consumo importados pelas elites locais.

No caso deste trabalho, o destaque foi para os bens móveis do cotidiano de alguns inventariados do município de Varginha. Com base em 275 processos de inventários do município, foi possível observar que do total do monte-mor, apenas aproximadamente 4,45 % do investimento estava voltado para a categoria de bens móveis, porcentagem pequena, mas que não impediu que fossem tecidas considerações sobre hábitos de vida e bens de consumo varginhenses.

Os dados e informações dos inventários *post-mortem* revelaram, por meio dos bens móveis, hábitos de vida de uma sociedade local em transformação: os bens mais ordinários do cotidiano (como mesas, cadeiras, pratos e copos) conviviam com objetos de uso pessoal que podem ser considerados de luxo para a sociedade varginhense (como peças de ouro e objetos importados diferenciados, por exemplo louças e tecidos). Os instrumentos de trabalho (alambiques, enxadas, machados e carros de bois, dentre outros) mostravam uma característica comum de municípios que se emancipavam no Sul de Minas Gerais naquele cenário: a importância das atividades voltadas ao campo. Ocorria, portanto, uma mistura dos bens ordinários com os diferenciados e os rústicos.

As transformações às quais diferentes partes do mundo passavam também chegaram à Varginha, embora com as limitações de um município do interior brasileiro. Na passagem para o novecentos a cultura material local mostrava que os habitantes do município Sul mineiro em formação, por um lado, mantinham as tradições regionais, com as atividades voltadas ao campo (o que foi visto por meio do consumo de bens rústicos ou instrumentos de trabalho voltados para o campo). Por outro lado, o consumo de bens diferenciados e importados também retratava a absorção de novos padrões de consumo.

## **Referências**

### Fontes Históricas

#### *Manuscritas*

Ata da Câmara Municipal de Varginha (ACMV), de 17 de dezembro de 1882, presente no Museu Municipal da cidade (MMV).

Inventários *post-mortem*, presentes no Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG):

Maria Francellina de Jesus, 1884.



Domingos Pinto Ribeiro, 1886.  
Barão de Lavras (João Alves de Gouvêa), 1889.  
Francisca de Oliveira, 1892.  
Joaquina Rosa da Silva, 1893.  
João José Pereira, 1896.  
José Justiniano de Paiva, 1896.  
Matheus Tavares da Silva, 1905.  
Paulino José Franco de Carvalho, 1908.  
Mariana Augusta de Oliveira, 1917.  
Anna Jacintha de Rezende, 1918.

### *Impressas*

*Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes*, inspecionados de 9 e Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. “Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio”. In: *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano XI 2009, Salvador-BA, ano XI, n. 19 / p. 82-101, Janeiro de 2009.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro*: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). 2 ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

ARAÚJO, Maria Lucila Viveiros. “Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 12, p. 129-160, jan./dez., 2004.

ÁVILA, Affonso. Varginha: formação e evolução. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, 13 (7/8), p. 02-18, jul./ago., 1983.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. “Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX)”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 18, n. 1, p. 11-41, jan./jun., 2010.

BUENO, Ricardo. *Borracha na Amazônia: As cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização*. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes. Vol. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível, 1997; Vol. 2: Os jogos das trocas, 1998; Vol. 3: O tempo do mundo, 1996.

- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975.
- FERREIRA, Natânia Silva. “Entre pai e filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX”. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon. Ano XVII, n. 35, p. 82-113, 2º semestre de 2016.
- \_\_\_\_\_. *Elite Agrária e processo de Urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- \_\_\_\_\_. “Dependencia externa y teoría económica”. *El Trimestre Económico*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, vol. 38, n. 150, p. 587-603, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Análise do Modelo Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975a.
- FURTADO, Júlia Ferreira. Testamentos e Inventários – A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, P. 93-118.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.
- HERRLEIN Júnior, Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: Um outro capitalismo no Brasil meridional?*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- LAUMANN, E. O; HOUSE, J. S. “Living Room Styles and Social Attributes: The Patterning of Material Artifacts in a Modern Urban Community”. *Sociology and Social Research*, 54 (3 April), 321-242, 1970.
- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977.
- LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião*. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Relato de pesquisa: a utilização dos inventários *post-mortem* como fonte de dados”. *Informações Fipe – Economia & História: relatos de pesquisa*, p. 53-55, julho/2015.

- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba*, século XIX. Lorena/SP: Editora Stiliano, 1988.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do passado: Riqueza e Cultura Material no vale Paraopeba/MG (1840/1914)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- MARTINS, Marcos Lobato. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização: Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 141-172.
- MCCRACKEN, Grant. *Cultura e Consumo – novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895 – contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação. In: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX*, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- MILLER, Daniel. “Consumo como cultura material”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.
- OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Consumo e cultura material, São Paulo “Belle Époque” (1890-1915)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2009.
- REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 4, p. 265-282, jan./dez., 1996.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. “Entre consumos suntuários e comuns: a posse de objetos exóticos entre alguns habitantes do Porto (séculos XVI-XVII)”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 25, n. 1, p. 35-57, jan./abril, 2017.

- SAHLINS, M. *Culture and Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização: Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. \_\_\_\_\_ . *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- VALE, Fernando Henrique do. *Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora: o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- VALENTIM, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. “Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários *post mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa”. *História (São Paulo)*, v. 32, n. 2, p.139-162, jul./dez., 2013.
- WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.